

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| O Autor | 3 |
| Publicações do Autor | 4 |
| Informação ao leitor | 6 |
| | |
| I - Introdução | 13 |
| 1. Noção e objecto das Finanças Públicas, na doutrina | 13 |
| 1.1. Nota de enquadramento..... | 13 |
| 1.2. A perspectiva de alguns autores sobre as Finanças Públicas..... | 14 |
| 1.3. O prisma científico do estudo das finanças públicas..... | 20 |
| 2. O nosso modo de ver as Finanças Públicas | 24 |
| 3. Um conceito amplo de dinheiros públicos | 26 |
| 3.1. A despublicização orgânica do conceito | 26 |
| 3.2. Desenvolvimento e concretização do conceito de dinheiros públicos..... | 31 |
| 4. A Gestão e o Controlo e Auditoria dos Dinheiros Públicos como Núcleo do Estudo das Finanças Públicas | 33 |
| 4.1. Nota de enquadramento | 33 |
| 4.2. A gestão de dinheiros públicos..... | 34 |
| 4.3. O controlo dos dinheiros públicos - controlo interno e externo | 38 |
| 4.4 O controlo dos dinheiros publicos - noção de auditoria pública..... | 41 |
| 5. Das finanças clássicas às modernas..... | 44 |
| 6. As incumbências do Estado Português | 50 |
| 6.1. Nota de enquadramento | 50 |
| 6.2. As mais importantes incumbências do Estado segundo a C R P..... | 51 |
| 7. O papel, a organização e a actuação do sector público face às incumbências do Estado | 54 |
| 7.1. Nota de enquadramento | 54 |
| 7.2. A organização administrativista do Sector Público em Portugal | 56 |
| 7.3 A organização económico - financeira do Sector Público em Portugal | 58 |
| 7.4. A actuação do Sector Público em Portugal - O estado paralelo..... | 65 |
| 8. O Direito financeiro - breve referência | 67 |
| 8.1. Nota de enquadramento | 67 |
| 8.2. Ideia sumária e campos especializados | 67 |

| | |
|--|------------|
| II. A Actividade de Gestão dos Dinheiros Públicos em geral | 69 |
| 9. A gestão financeira pública como actividade comum a todo o sector público | 69 |
| 10. A vertente política da gestão financeira pública | 71 |
| 11. A vertente técnica da gestão financeira pública | 80 |
| 11.1 Nota de enquadramento | 80 |
| 11.2. A gestão financeira burocrática e a de mérito - dois modelos em confronto no SPA..... | 84 |
| 11.3. Os critérios inerentes à tecnicidade da gestão financeira pública: economia, eficiência, eficácia e defesa do ambiente | 87 |
| 11.4. As funções técnicas da moderna gestão financeira: planeamento, execução e controlo interno | 91 |
| 12. A vertente sociologica da gestão financeira pública - a Teoria da escolha pública (public Choice)..... | 96 |
| 13. A gestão dos dinheiros públicos no SPE - Especialidades da questão | 101 |
| 14. A gestão dos dinheiros públicos no sector das associações, fundações e outras entidades de direito privado - algumas questões. 104 | |
| 15. Princípios gerais relativos ao dispêndio de dinheiros em todo sector público | 106 |
| 15.1. Nota de enquadramento..... | 106 |
| 15.2. Princípios gerais do dispêndio público – legalidade, prossecução de interesse público, transparência, publicidade, igualdade, concorrência, imparcialidade, proporcionalidade, boa fé e responsabilidade | 107 |
| 16. Apreciação sumária da realidade portuguesa no domínio da actividade financeira pública | 111 |
| 17. A gestão financeira - ao nível da administração central..... | 115 |
| 17.1. Nota de enquadramento..... | 115 |
| 17.2. Ideia global à cerca do orçamento do estado - OE | 117 |
| 17.3. Ideia genérica à cerca do processo orçamental | 121 |
| 17.4. as despesas e as receitas do orçamento do estado | 123 |
| 17.4.1. Despesas públicas - sua tipologia económica | 123 |
| 17.4.2. Despesas públicas: uma classificação doutrinal..... | 125 |
| 17.4.3. Classificação orçamental das despesas..... | 126 |
| 17.4.4. Receitas públicas - sua tipologia económica | 127 |
| 17.4.5. Receitas públicas - uma arrumação doutrinal..... | 127 |

| | |
|---|------------|
| 17.4.6. A classificação orçamental das receitas | 128 |
| 17.4.7. A classificação das receitas e despesas e o equilíbrio orçamental - algumas dificuldades preliminares | 128 |
| 18. o orçamento do Estado e A função de planeamento | 130 |
| 18.1. Nota de enquadramento | 130 |
| 18.2. O período e os principais documentos do planeamento do OE..... | 131 |
| 18.3. as regras orçamentais - anualidade, plenitude, discriminação, publicidade e equilíbrio | 135 |
| 18.4. Os procedimentos da preparação e votação do OE..... | 140 |
| 19. O orçamento do estado a função de execução | 143 |
| 19.1. Nota de enquadramento..... | 143 |
| 19.2. Breve referência às subfunções da organização, direcção e controlo | 144 |
| 19.3. Quadro jurídico geral da função de execução | 146 |
| 19.4. As regras orçamentais relativas à função de execução | 151 |
| 19.5. A função de execução do OE – os principais actores | 154 |
| 19.6. A disciplina jurídica relativa à execução do OE contida na LEOE | 156 |
| 20. Alterações orçamentais e lei travão | 160 |
| 21. Os fenómenos de desorçamentação | 162 |
| 22. A Previsão Orçamental da Despesa no OE | 165 |
| 23. Equilíbrio orçamental e défice excessivos..... | 167 |
| 24. A dívida pública..... | 194 |
| 25. A reforma da administração financeira do estado | 199 |
| 25.1. Nota de enquadramento | 199 |
| 25.2. Diferentes perspectivas quanto ao sucesso da Reforma..... | 199 |
| 25.3. O ordenamento jurídico da Reforma | 201 |
| 25.4. Traços fundamentais do modelo da Reforma..... | 203 |
| 25.5. O regime geral da Reforma - a autonomia administrativa | 205 |
| 25.6. A aplicação da Reforma no tocante aos serviços e organismos com autonomia administrativa | 207 |
| 26. Os fundos e serviços autónomos (FSA) - breve abordagem | 209 |
| 26.1. Nota de enquadramento | 209 |
| 26.2. Descrição do regime dos FSA..... | 209 |
| 26.3. Situação financeira e execução orçamental dos FSA – algumas questões..... | 213 |
| 26.4. O novo Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e os FSA..... | 216 |
| 26.5. Breve apreciação da situação actual da Reforma no tocante aos FSA | 218 |
| 27. A Gestão Financeira Pública no SPE | 220 |

| | |
|--|------------|
| 27.1. Nota de enquadramento | 220 |
| 27.2. A Organização do SPE da Administração Central | 220 |
| 27.3. Traços essenciais do regime jurídico da gestão do novo SPE estatal | 225 |
| 28. Breves reflexões sobre as fundações e associações públicas de direito privado | 230 |
| 28.1. Nota de enquadramento | 230 |
| 28.2. A problemática das fundações e associações públicas de direito privado ou o Estado paralelo | 230 |
| 29. Algumas questões importantes para a gestão dos dinheiros públicos em Portugal | 235 |
| 29.1. Nota de enquadramento | 235 |
| 29.2. Inventário das mais importantes transformações da Administração | 236 |
| 29.3. A questão da proliferação das “holdings” | 237 |
| 28.4. Algumas novas formas de engenharia financeira - «project finance», «leasing», «scut» | 239 |
| 29.5. Um salto qualitativo – as novas exigências para a gestão e para os gestores financeiros públicos | 247 |
| | |
| III - Actividade de Controlo e de Auditoria dos Dinheiros Públicos ... | 253 |
| 30. O sistema nacional de controlo financeiro público | 253 |
| 30.1. Nota de enquadramento | 253 |
| 30.2. Um conceito amplo e dinâmico de controlo | 254 |
| 30.3. O controlo financeiro externo como função autónoma do Estado | 260 |
| 30.4. O conceito de sistema público de controlo financeiro | 265 |
| 31. O direito financeiro do controlo | 267 |
| 31.1. Principais diplomas e sua dispersão | 267 |
| 31.2. A dislexia terminológica no Direito do Controlo | 269 |
| 32. Visão global do sistema nacional de controlo financeiro | 271 |
| 32.1. Considerações preliminares | 271 |
| 32.2. Uma primeira apresentação do sistema global de controlo | 272 |
| 33. O controlo interno | 275 |
| 33.1. Nota de enquadramento | 275 |
| 32.2. Os antecedentes da matriz jurídica do controlo interno | 275 |
| 33.3. O novo sistema de controlo interno – o SCI | 277 |
| 33.4. Principais entidades de controlo interno, na perspectiva dos seus três níveis | 282 |

| | |
|---|------------|
| 33.5. Organização do controlo interno relativo à execução do Orçamento do Estado | 283 |
| 33.6. O controlo interno no Sector Público Empresarial..... | 285 |
| 33.7. Os controladores financeiros das áreas ministeriais – o DL n.º 33/2006, de 17 de Fevereiro | 291 |
| 34. O sistema de controlo externo | 293 |
| 34.1. Nota de enquadramento | 293 |
| 34.2. As entidades incumbidas do controlo externo em Portugal - em especial o Parlamento e o TCE..... | 294 |
| 35. O papel fulcral do Tribunal de Contas Português..... | 298 |
| 35.1. Nota de enquadramento | 298 |
| 35.2. Apresentação do Tribunal de Contas | 299 |
| 35.3. Apreciação critica da lei de bases do Tribunal Contas – a lei 98/97, modificada pela lei 48/2006 | 302 |
| 35.4. Os domínios de controlo do TC..... | 305 |
| 35.5. As modalidades do controlo do TC | 307 |
| 35.6. As vias do exercício do controlo sucessivo pelo TC - a auditoria | 310 |
| 35.7. Os resultados do controlo do TC | 311 |
| 36. O sistema de auditoria pública externa em Portugal..... | 313 |
| 36.1. Nota de Enquadramento | 313 |
| 36.2. Breve aproximação ao Sistema Público de Controlo Financeiro | 313 |
| 36.3. Noção de Auditoria Pública..... | 316 |
| 36.4. As Entidades de Auditoria Pública Externa em Portugal..... | 319 |
| 36.5. A viragem anglosaxónica da Auditoria Pública Externa na década de 90 | 321 |
| 36.6. A estrutura do Tribunal de Contas enquanto Auditor Público Externo..... | 324 |
| 36.7. As Questões da inserção do Plenário Geral e do Presidente do Tribunal de Contas na estrutura de Auditoria Pública Externa em Portugal | 327 |
| 37. Algumas questões relevantes para o futuro do controlo financeiro em Portugal | 330 |
| 37.1. Nota de enquadramento | 330 |
| 37.2. A necessidade de um sistema de controlo interno operacional..... | 330 |
| 37.3. As grandes missões do Tribunal de Contas para os próximos anos | 332 |
| 37.4. Estrangulamentos maiores da Auditoria Pública Externa em 2006..... | 335 |
| 37.5. Algumas breves propostas quanto á organização e funcionamento do Tribunal de Contas | 339 |
| 37.6. A imprescindibilidade de um corpo e de uma carreira de auditor público.... | 341 |

| | |
|---|------------|
| 37.7. A participação de profissionais de auditoria do sector privado no controlo financeiro público | 342 |
| 37.8. Algumas reflexões sobre a auditoria da fraude, em Portugal ... | 344 |
| 37.8.1 Noções e comentários necessários | 344 |
| 37.8.2. Auditoria da fraude – falsa opção para a estratégia de controlo do Tribunal de Contas português | 348 |
| 37.9. Primeiras reflexões sobre a revisão da Lei n.º 98/97, aprovada pela AR, em Agosto de 2006 | 349 |